



A “pluralidade” de vozes na cobertura jornalística sobre a dengue¹

Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes²

Luiz Marcelo Robalinho Ferraz³

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife-PE

Resumo

Neste artigo, refletimos sobre cobertura da dengue, a partir de um *corpus* constituído por 291 matérias publicadas no Jornal do Commercio (JC) em 2002, 2004, 2006 e 2008. Nosso objetivo é avaliar essa cobertura e, paralelamente, discutir sobre a tentativa da imprensa de criar um espaço democrático na produção da notícia. Em nossa análise, verificamos que, ao trazer à cena diversos atores públicos, a imprensa constitui discursivamente uma polifonia aparente ou simulacro de polifonia.

Palavras-chave: dengue, cobertura jornalística, polifonia, narrativa

Introdução

A dengue é um dos principais problemas de saúde pública dos países em desenvolvimento. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010), atualmente, a dengue infecta entre 50 e 100 milhões de pessoas todos os anos em mais de 100 países e leva à hospitalização de 550 mil doentes e à morte de 20 mil indivíduos. Ao lado de outras doenças, a exemplo do HIV/Aids e da cólera, a dengue surgiu, de fato, no Brasil nas últimas duas décadas, com a reintrodução do *Aedes aegypti* (mosquito transmissor da febre amarela e da dengue), levando à disseminação de epidemias em diversos estados da segunda metade da década de 80 para cá.

Em Pernambuco, as duas últimas grandes epidemias ocorreram em 2002 e 2008, quando a doença ocupou um grande espaço na mídia, significativamente maior que nos anos de 2004 e 2006, quando também houve registros da doença. Neste artigo, refletimos sobre essa cobertura, a partir de um *corpus* constituído por 291 matérias publicadas no Jornal do Commercio (JC) nesses quatro anos. Nosso objetivo é avaliar essa cobertura e, paralelamente, discutir sobre a tentativa da imprensa de criar um espaço democrático na produção da notícia.

Sabemos que nem todos os fatos são publicizados pela imprensa. Existem critérios que norteiam a noticiabilidade de um fato, os chamados valores-notícia (*news*

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade, X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFPE (isaltina@gmail.com).

³ Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFPE (marcelo.robalinho@gmail.com).



values). Enumerados inicialmente por Galtung e Ruge (1965), esses valores sofreram uma série de desdobramentos ao longo dos anos. Mais recentemente, inspirado na lógica de Galtung e Ruge, Sodré (2009, p. 76, grifo do autor) definiu a novidade (atualidade), imprevisibilidade (singularidade), peso social (aten o coletiva), proximidade geográfica, hierarquia social dos personagens (identidade dos famosos), quantidade de pessoas e lugares envolvidos (magnitude do fato), impacto sobre o público e perspectivas de evolu o do acontecimento como os critérios que pautam a rotina das reda es. Evidentemente quanto mais valores-notícia, mais destaque o veículo de comunica o dará   notícia.

Com rela o   dengue, verificamos que as notícias se enquadraram em quase todos os critérios de noticiabilidade. Tornaram-se notícia pela imprevisibilidade (epidemia como acontecimento singular), pelo peso social (doença que diz respeito   sociedade como um todo), pela quantidade de pessoas envolvidas (infectados e potenciais doentes, além das mortes registradas), pela proximidade geográfica (evento em Pernambuco) e pela atualidade.

No *corpus* analisado,   importante registrar que a imprensa costuma noticiar mais nos momentos em que se observa o aumento de casos, tendo as epidemias uma aten o especial pelo impacto sobre a sociedade e o risco de morte, que costuma ser valorizado. No material jornalístico analisado, o período mais crítico ocorreu no início de 2002, com a instala o da epidemia explosiva, causada pela introdu o do DEN-3, envolvendo a maior parte das pessoas atingidas num curto espaço de tempo (ROUQUAYROL; ALMEIDA FILHO, 2003). Naquele ano, o JC publicou um total de 144 textos, entre matérias e notas. Outro momento foi verificado no fim do primeiro trimestre de 2008, quando houve um aumento de casos acima do normal, caracterizando um novo evento epid mico. Nesse último ano, foram veiculados 106 textos. Nos dois períodos destacados, o JC publicou mais textos que o normal, enfatizando a força que a dengue tem na agenda midiática (tabela 1).

Ano	Notifica�es de dengue	Matérias sobre dengue
2002	116.148	144
2004	6.326	11
2006	18.629	30
2008	41.013	106
TOTAL	182.116	291

Tabela 01 - Registros de dengue e notícias no *Jornal do Commercio* por ano sobre a doença

Em grande parte, as informa es de que dispomos sobre a dengue adv m da divulga o da imprensa, tendo como base a fala de diferentes atores relacionados ao



assunto, como gestores públicos, cidadãos e pacientes, só para citar os mais expressivos. Baseada nessas falas e na própria evolução da doença, a mídia vai construindo o seu discurso e consolidando por meio das notícias o arcabouço de informações e valores que permeiam a dengue, especialmente nos momentos de descontrole (epidemias), quando o noticiário “autoriza” a inserção desses atores.

A pluralidade de vozes como um simulacro

Para nós, o jogo de vozes observado no discurso relatado da imprensa representa um terreno fértil de discussões e, ao mesmo tempo, um tanto polêmico quando levamos em conta o conceito de *polifonia*. Na linguagem musical, o termo diz respeito a um conjunto de vozes ou instrumentos que, juntos, compõem harmonicamente uma determinada linha melódica e rítmica, em contraste à monofonia, na qual existe apenas uma voz ou, se há outras, elas seguem a principal ou fazem linhas melódicas para floreá-la, sem fazer, entretanto, qualquer contraponto.

Trazendo o termo para o campo da linguagem, ao analisar o romance de Dostoiévski, Bakhtin (2008 [1963]) argumenta que a polifonia indica a presença de vozes autônomas dentro do discurso e que coexistem em igualdade de posição. O autor seria então um “orquestrador” nesse universo plural, tendo as vozes liberdade para concordar ou discordar dele. Diz Bakhtin que o grande mérito de Dostoiévski foi construir um romance autenticamente polifônico, marcado pela diversidade de vozes e consciências independentes do autor.

Não é a multiplicidade de caracteres e destinos que, em um mundo objetivo uno, à luz da consciência una do autor, se desenvolve nos seus romances; é precisamente a *multiplicidade de consciências equipolentes e seus mundos* que aqui se combinam numa unidade de acontecimento, mantendo a sua imiscibilidade. Dentro do plano artístico de Dostoiévski, suas personagens principais são, em realidade, *não apenas objetos do discurso do autor mas os próprios sujeitos desse discurso diretamente significante*. Por esse motivo, o discurso do herói não se esgota, em hipótese alguma, nas características habituais e funções do enredo e da pragmática, assim como não se constitui na expressão da posição propriamente ideológica do autor (como em Byron, por exemplo). A consciência do herói é dada como a outra, a consciência do *outro* mas ao mesmo tempo não se objetifica, não se fecha, não se torna mero objeto da consciência do autor. Neste sentido, a imagem do herói em Dostoiévski não é a imagem objetivada comum do herói no romance tradicional (BAKHTIN, 2008 [1963], p. 5, grifos do autor).

Em Dostoiévski, essa equipolência diz respeito a consciências que não perdem o seu ser, participando do diálogo em pé de igualdade. São vozes e consciências autônomas. Na polifonia, a voz do autor não se sobrepõe a dos personagens, mas interage num nível semelhante de consciência. Assim, a voz do herói não é subordinada,



mas aparece ao lado da voz do autor. Ratificando o pensamento de Bakhtin, Fiorin (2006a, p. 82) afirma que o autor no romance polifônico não se identifica com voz alguma, apenas atua no arranjo dessa multiplicidade de vozes. “O todo é a interação das diversas consciências numa justaposição, num contraponto, numa simultaneidade. O romance não mostra a verdade de uma voz, mas a própria interação delas”. Para Bakhtin, as vozes na polifonia são centrífugas, pois o romance busca a pluralidade, sem imposição de uma voz social sobre as outras como centro de tudo.

Esse conceito introduzido por Bakhtin traz no seu bojo o caráter dialógico da linguagem, o outro não como mero objeto dentro do discurso, mas como sujeito interdependente (“eu” e “tu” em posição de igualdade e contraponto). A monofonia, ao contrário, reflete o mundo do autor e sua voz única a querer se impor como uma força centrípeta e centro de sentido, a exemplo da poesia.

Caindo no gosto “popular” acadêmico, o conceito de polifonia tornou-se uma possibilidade interessante de ser aplicada ao discurso da informação. Ou melhor, *seria* uma possibilidade, se o “conjunto da obra” das mídias tivesse um caráter semelhante ao romance de Dostoiévski, o que não é o caso. O campo jornalístico trabalha numa outra lógica, às vezes totalmente oposta. Em vez de personagens fictícios e uma realidade imaginária, a imprensa elabora os seus discursos com entrevistados de “carne e osso” e fatos ligados à realidade social. Além disso, o jogo de vozes não se assemelha à polifonia observada no romance de Dostoiévski, embora pareça à primeira vista. Ou seja, as vozes não participam do diálogo da matéria em pé de igualdade absoluta. Em vez disso, parece haver um centro de sentido subjacente que regula de forma sutil a interação das vozes, definindo tempo, espaço e falas pré-determinadas.

Acreditamos que essa *polifonia aparente* tenha relação direta com o fenômeno da fala relatada, que representa na modernidade um dos grandes desafios, pois se deve informar a sociedade e, ao mesmo tempo, vender a notícia por meio das informações prestadas pelas fontes. Um trabalho que demanda escolhas por parte do jornalista, tanto da(s) fonte(s) que terá(ão) voz na matéria quanto da forma como a informação será divulgada. Para nós, essas escolhas muitas vezes dão preferência à determinada fonte em detrimento de outras, de forma consciente ou não.

Pensando nos problemas do dito relatado nas mídias, Charaudeau (2006, p. 168-174) destacou cinco pontos considerados como nevrálgicos, ligados às operações de:

- a) *seleção* – diante da enorme quantidade de fontes, o jornalista escolhe aquelas que irão compor a sua matéria em função da notoriedade do declarante e o valor

do seu dito em relação ao assunto que está sendo tratado. Dar preferência aos notáveis “corresponde a mostrar como organismo da informação institucional” (mídia séria ou suspeita); por outro lado, optar pelos anônimos “corresponde a mostrar-se como organismo da informação cidadã ou mesmo popular” (mídia democrática ou demagógica). O valor do dito também apresenta igual importância para a instância midiática dependendo do efeito da fala da fonte. Charaudeau enumera quatro efeitos valorativos do dito: de decisão (palavra performativa), de saber (palavra de análise de um especialista), de opinião (julgamento ou apreciação dos fatos) e de testemunho (descrição sobre o visto ou ouvido a respeito de determinado fato);

- b) *identificação* – está mais ligado à relação da mídia com o campo político, ou seja, à imagem de familiaridade ou de respeito que ela deseja “manter em relação ao mundo político, através da escolha da denominação e da determinação e o da prudência ou não-prudência com relação à informação contida na declaração de origem”;
- c) *reprodução* – tem a ver com a forma como a declaração relatada é apresentada no espaço do jornal, seja em destaque, por meio de tipografias, uso de fotografias etc. A reprodução, total ou parcial, pode garantir maior ou menor seriedade ao dito e ao próprio veículo de comunicação;
- d) *citação* – diz respeito à forma como o dito mencionado produz certos efeitos: a citação direta tende mais à objetivação; a citação integrada, à desidentificação do locutor de origem (a palavra é assimilada pelo jornalista, não sendo mais conferida ao entrevistado de forma autônoma) e a citação narrativizada, ao que Charaudeau denomina de actancialização (o locutor de origem passa a ser apresentado como agente de um fazer, e não mais como locutor de um dito);
- e) *posicionamento* – as possíveis transformações operadas no dito de origem revelam “um certo posicionamento do locutor-relator, quer sejam voluntárias quer não”. Essas transformações podem ser lexicais (uma ação de partida torna-se fuga no enunciado midiático), na modalidade do dito (uma afirmação pode ser transformada em dúvida), o dito por ação de dizer (uma declaração pode se transformar em acusação) e o distanciamento em relação à veracidade da declaração (o uso de verbo no condicional e de introdutórios, como “segundo” e “acredita”, modificam a explicitação da atitude enunciativa de origem, deixando a moral da mídia a salvo, especialmente em temas delicados ou polêmicos que envolvam o governo ou grandes personalidades). Para avaliar o *posicionamento*, seria necessário ter acesso ao dito de origem.

Tendo em mente os tópicos enumerados por Charaudeau, vemos que a *seleção* efetuada pela imprensa na escolha das fontes nas matérias da dengue é o ponto mais evidente que nos faz questionar sobre a existência realmente de uma polifonia no discurso jornalístico, ao contrário do que se pode pensar. Segundo Sousa (2004), avaliar as fontes citadas pelo repórter e o contexto dos seus discursos pode ser um trabalho de análise bastante produtivo, mas revela, ao mesmo tempo, uma *vontade de polifonia*, a partir da auscultação de várias fontes por parte do jornalista.

Por exemplo, o recurso sistemático a determinadas fontes que dizem o mesmo pode revelar uma determinada tendência editorial. A auscultação de várias fontes pode revelar uma ambição polifônica. A auscultação de especialistas pode resultar de um objetivo explicativo ou da necessidade de

recorrer a argumentos de autoridade que solidifiquem o discurso. Portanto, há várias razões para se auscultarem fontes, sendo tarefa do jornalista descortiná-las e avaliar as respectivas inserções no discurso e os eventuais efeitos que geram (nomeadamente ao nível da definição e contra-definição de enquadramentos) (SOUSA, 2004, p. 86).

Vamos ainda mais além nesta discussão. Refletindo sobre o que Charaudeau (2006) diz do acontecimento como uma construção que passa pela linguagem (nunca transmitido em seu estado bruto, sempre num “mundo a comentar”) e a notícia como uma nova construção (“mundo comentado”), a polifonia no discurso da informação seria, na verdade, um simulacro. Em vez de uma entidade viva e veiculadora de múltiplas facetas da realidade social, o outro no discurso seria encarado quase como um objeto a serviço de uma realidade selecionada.

Baudrillard (1991[1981]) diz que o simulacro inventa a realidade, levando à perda de sentido das coisas. Em seu lugar, o signo passa a ser a referência e a verdade, uma simulação desejável de persuasão.

Já não se trata de imitação, nem de dobragem, nem mesmo de paródia. Trata-se de uma substituição no real dos signos do real, isto é, de uma operação de dissuasão de todo o processo real pelo seu duplo operatório, máquina sinalética metaestável, programática, impecável, que oferece todos os signos do real e lhes curto-circuita todas as peripécias. O real nunca mais terá oportunidade de se produzir – tal é a função vital do modelo num sistema de morte, ou antes de ressurreição antecipada que não deixa já qualquer hipótese ao próprio acontecimento da morte. Hiper-real, doravante ao abrigo do imaginário, não deixando lugar senão à recorrência orbital dos modelos e à geração simulada das diferenças (BAUDRILLARD, 1991[1981], p. 9).

Na lógica de Baudrillard, o simulacro também é verdadeiro, só que diverso dos referenciais de origem. Nasce assim um novo referencial, simulado, baseado nos “signos do real”⁴. Na busca por se constituir numa instância democrática, a mídia atua no espaço público no sentido de dar voz a todos indistintamente, mas sob uma gerência própria que visa a revelar diferentes pontos de vista, muitas vezes contrários entre si, numa clara vontade de parecer plural, conferindo credibilidade ao seu discurso.

Actantes e Seus Papéis na Narrativa sobre a Dengue

⁴ Não é à toa o fetichismo de determinadas imagens, especialmente as televisuais, como acidentes (a morte do corredor brasileiro de Fórmula 1 Ayrton Senna na pista de automobilismo em 1994) e catástrofes (o ataque às Torres Gêmeas nos Estados Unidos em 2001), repetidas insistentemente por dias a fio pelos meios de comunicação na vã tentativa de capturar o instante do acontecimento. É a imagem construída do evento que importa, não mais o acontecimento em si, convertendo-se num objeto mostrado de forma autônoma, possivelmente verdadeiro e passível de ser visualizado (CHARAUDEAU, 2006, p. 225-7).

Analisando o noticiário sobre a dengue, constatamos que o contexto da moléstia dita não apenas o que “deve” ser dito sobre a doença (a depender do nível de gravidade), bem como as fontes “autorizadas” a falar nas matérias. Além disso, determina o papel narrativo que cada personagem desempenha na “trama”, especialmente se consideramos o discurso das mídias nos seus três modos de organização (*enunciativo, descritivo e narrativo*), o que nos ajuda a compreender melhor os efeitos de sentido criados. Dentre os três, o modo *narrativo* nos interessa mais porque é constitutivo do campo jornalístico, sendo a forma utilizada pelos repórteres para contar os fatos que pertencem a um passado recente, na maioria das vezes, relativo ao *ontem*. Por meio das narrativas, a imprensa vai construindo o enredo da dengue, tendo em vista a evolução da doença, com o aumento e/ou diminuição de casos e a ocorrência de mortes.

Sobre o modo *narrativo* e a narrativa, Charaudeau (2009, p. 156, grifos do autor) diz que os dois são conceitos distintos, importantes de serem diferenciados:

A *narrativa* é uma totalidade, o *narrativo* um de seus componentes. A narrativa corresponde à finalidade de “que é contar?”, e para fazê-lo, descreve, ao mesmo tempo, *ações* e *qualificações*, isto é, utiliza os modos de organização do discurso que são o *Narrativo* e o *Descritivo*. É preciso, então, não confundir *narrativa* e *modo Narrativo* (ou *Descritivo*), a primeira englobando os dois outros.

Para nós, um dos grandes diferenciais em analisar o discurso jornalístico sob a ótica do modo de organização *narrativo* é poder identificar os papéis narrativos ocupados pelos personagens que falam nos relatos da imprensa sobre a dengue (os actantes de Greimas recuperados por Charaudeau). Isso é importante para avaliar se existem vozes privilegiadas nos discursos construídos em detrimento de outras e como essas vozes são retratadas. Embora tenhamos a tendência de imaginar que *actante* é o mesmo que *personagem* na narrativa jornalística, existe uma diferença. Segundo Charaudeau (2009, p. 162), o *actante* é uma *forma não qualificada* que assume uma substância semântica conforme o papel que assume na ação (*forma qualificada*).

Avaliando as matérias do *Jornal do Commercio*, observamos a presença de seis actantes principais: o poder público (gestores e técnicos), os cidadãos, os pacientes (doentes e ex-doentes), a dengue (mosquito *Aedes aegypti*, vírus da dengue, epidemia e a própria dengue), a classe médica e os cientistas. Conforme o contexto da doença, o mosquito transmissor é encarado como o vilão, posto que também é ocupado pelos vírus, a doença ou a própria epidemia, a depender do assunto tratado no noticiário. Os exemplos 01 e 02 mostram a dengue como agente agressora:



(01)

A epidemia de dengue, que vem avançando no Recife desde o início do ano, tem como suas principais vítimas as mulheres. (JC, 24/02/2002)

(02)

O vírus 3 da dengue, isolado há 13 dias no sangue de dois moradores do Recife e de um terceiro de Nazaré da Mata, já alcançou habitantes de outras cidades pernambucanas. (JC, 10/03/2002)

Em parte, a noção de adversário aparece a partir do momento em que o enunciado enfatiza a dengue se adiantando sobre o território (*a epidemia vem avançando no Recife*), acometendo as pessoas (*alcançando habitantes de outras cidades pernambucanas*) e, em alguns casos, fazendo vítimas (*as mulheres*).

Já no caso dos atores ligados ao campo da saúde pública, vemos que eles têm disparado a preferência da mídia nas matérias sobre o assunto. Isso tem a ver com duas razões principais: os órgãos públicos de saúde concentram os dados epidemiológicos (são eles que notificam e investigam os casos) e, portanto, declaram situação de epidemia quando ela se instala, além de serem os responsáveis por desencadear ações de prevenção e controle contra o mosquito.

Preferência semelhante dos veículos por fontes da saúde foi observada por Fausto Neto (1999, p. 33, grifo do autor) na questão da Aids. Para ele, a doença é constituída nos jornais fortemente por essas fontes, refletindo as ações desenvolvidas por atores e instituições que fazem parte do campo e “consagrando-as [as fontes] como o *lugar* no qual se pode falar quase com exclusividade sobre o assunto”. No entendimento de Fausto Neto, isso é compreensível, já que há mais destaque nas matérias, por ordem de importância, para temas referentes à epidemiologia, pesquisa, registro sobre casos e farmacologia.

Excetuando-se a farmacologia, que quase não faz parte da agenda da dengue, a imprensa costuma privilegiar os mesmos assuntos que na Aids. “Ao assumir o papel de mediador entre o real e o público, o jornalista busca intermediários para entender o mundo, e cada suspeita provisória de um especialista acaba por confirmar o horizonte de compreensão daquilo que é abordado numa reportagem”, reflete Pereira Junior (2009, p. 93) a partir da colocação da autoridade no centro da apuração na cobertura jornalística de uma maneira geral.

Na lógica narrativa, o governo costuma ser visto como agente benfeitor pelas ações empreendidas para acabar com o mosquito, apesar de também ser alvo de críticas da população ou do jornal. Ao denotar a ideia de “herói falho” pelas dificuldades em cumprir a



promessa de proteger a sociedade, a imprensa contribui para valorização do sentimento de *insegurança* e *vulnerabilidade*, a partir do momento em que o próprio Estado enfatiza na sociedade contemporânea a necessidade de proteção dos perigos à segurança pessoal, e não mais à segurança social (BAUMAN, 2008).

Além do poder público, a população tem voz no discurso das mídias sobre a dengue. Todavia, de maneira diferente. A ela cabe apenas criticar ou elogiar o poder público, informar os cuidados tomados dentro de sua casa para evitar a proliferação do inseto, contar a experiência de ter tido dengue em alguma época da vida, lamentar a morte de algum parente e/ou vizinho, reclamar a falta de atenção de moradores na vizinhança no favorecimento à ocorrência de focos de dengue e demonstrar o medo diante da ocorrência de casos na vizinhança.

Especificando tantas situações possíveis em que o cidadão aparece nas matérias, daria para imaginar que ele teria voz de fato e suficiente para fazer valer a sua posição igualitária em relação às demais vozes dentro do discurso. No entanto, o espaço concedido é reduzido ou, quando muito, ele parece inserido, na maioria das vezes, como mera ilustração para reforçar determinado argumento do jornalista, sobretudo no que tange ao papel da população no combate à dengue.

Já no caso dos pacientes acometidos pela dengue, a inserção se restringe ao relato da experiência da doença. O pouco conteúdo “dramático” do relato dos doentes parece ser o motivo de desinteresse da imprensa em retratá-los com mais frequência nas notícias, já que as falas se restringem à enumeração dos sintomas ou à mudança de hábitos dentro de casa para evitar a proliferação do mosquito transmissor da doença. Ambos, paciente e cidadão, costumam ser “autorizados” a falar notadamente no *descontrole* ou *risco de descontrol* da dengue. Em outros momentos, eles são praticamente esquecidos.

Para se ter uma ideia, de janeiro a março de 2002, período do ano em que houve maior número de matérias no *Jornal do Commercio* sobre a doença (103 das 144 identificadas – ou 71,5% do total), o cidadão apareceu em apenas 17 textos, dos quais nove no mês de março. Na mesma época, a saúde pública teve voz em 93 matérias, ou seja, 76 textos a mais que em relação ao cidadão. Já os pacientes foram ouvidos em apenas três matérias o ano inteiro, todas publicadas entre fevereiro e abril.

Em 2008, dos 88 textos contabilizados entre abril e junho (83% do total do ano), o cidadão teve voz em 32, o que aponta para uma maior participação na cobertura. Por sua vez, a saúde pública apareceu em 79 matérias e notas no mesmo período. A inserção também aumentou entre os doentes e ex-doentes, que tiveram voz em oito textos



publicados, mas mesmo assim condicionada ao período de pico da doença, assim como tinha sido em 2002.

Evidentemente que a diferença na quantidade de inserções não justifica a falta de voz efetiva do cidadão e dos pacientes em contraponto ao poder público, nem é o nosso propósito fazer uma avaliação da distribuição por meio apenas de contagem de matérias. Entretanto, o resultado é um indicador da sua participação na construção da notícia, demandando evidentemente uma análise das matérias. Vejamos alguns exemplos de como a voz do cidadão esteve inserida:

(03)

Famílias pobres do Recife, que moram em áreas de maior risco de dengue e armazenam água inadequadamente em baldes e tonéis, irão receber caixas d'água vedadas e com torneira. A ação, anunciada ontem pelo secretário municipal de Saúde, Humberto Costa, visa diminuir a população do *Aedes aegypti*, mosquito transmissor da doença, que se reproduz principalmente nos reservatórios domésticos. Segundo ele, a idéia é distribuir 15 mil a 20 mil caixas d'água a partir de maio ou junho.

[...]

Maria do Bom Parto do Nascimento, residente na 2ª Travessa da Amizade, em Santo Amaro, **gostou da ação anunciada pela Secretaria de Saúde**. “A **idéia é ótima** e espero receber uma caixa d'água”, diz a dona de casa, que armazena água em baldes e botijões. Ela tem medo que sua neta de um ano tenha a doença. Moradora na mesma travessa, Vânia Costa Oliveira **também espera substituir os vasilhames por uma caixa d'água vedada e com torneira**. “É muito mais seguro porque o mosquito não vai ter lugar para ficar.” Vânia também vê outra vantagem na caixa d'água: “Não vou precisar encher um monte de vasilhas e ficar com dor nas costas”. (JC, 30/01/2002)

Vemos o quanto o contexto da matéria “faz” o personagem, ou seja, de que maneira o assunto tratado pelo repórter determina a participação aumentada ou reduzida do personagem no espaço do jornal. No trecho extraído do *Jornal do Commercio*, Maria do Bom Parto do Nascimento e Vânia Costa Oliveira, moradores do bairro de Santo Amaro (área central do Recife), aparecem na matéria para opinar – concordar ou discordar – sobre a proposta da Secretaria Municipal de Saúde de distribuir caixas d'água. No caso, as duas concordaram com a iniciativa (*gostou da ação anunciada / também espera substituir os vasilhames por uma caixa d'água vedada e com torneira*).

Já em outro exemplo, o motorista Manoel Nascimento aparece de forma bem mais superficial, contando apenas que *ouviu dizer* que a vela de andiroba é muito boa *para se proteger do Aedes aegypti*, conforme podemos ver trecho abaixo:

(04)

Assustada com o avanço da dengue, a população do Grande Recife está comprando repelentes, mosquiteiros, inseticidas e velas para se proteger do *Aedes aegypti*, mosquito transmissor da doença. Somente na Farmácia do Laboratório Farmacêutico de Pernambuco (Lafepe), foram



vendidas na manhã de ontem 600 velas de andiroba, um produto que andava meio esquecido pelos consumidores.

[...]

Manoel Nascimento, motorista residente no Cabo de Santo Agostinho foi um dos que procuraram ontem o Lafepe. **“Ouvi dizer que a vela é muito boa, quero proteger minha família da dengue”**, disse. (JC, 22/02/2002)

Possivelmente o entrevistado deve ter sido abordado pelo repórter no próprio Lafepe (Laboratório Farmacêutico de Pernambuco) durante a apuração da matéria. Sua participação se limita a uma única frase aspeada na matéria (*discurso direto*) para conferir maior credibilidade à matéria a fim de garantir realmente que a *população do Grande Recife está comprando velas e outros produtos do mosquito transmissor da dengue*. Como uma espécie de metonímia às avessas, o todo (a população da região metropolitana) é representado pela parte (um morador do município do Cabo de Santo Agostinho) para conferir valor de verdade ao fato. Aliás, um recurso bastante utilizado pela imprensa para ilustrar a opinião da maioria de um grupo a partir da auscultação de uma ou duas fontes.

Com papéis e vozes bem delimitados, os cidadãos tendem a ser vistos como “minorias”, tendo no fim das contas uma aparição reduzida no espaço da matéria. É o que ocorre com José Augusto de Oliveira, barraqueiro da praça do Derby. Em uma matéria crítica destacada abaixo sobre a atuação do poder público “a passos lentos” no combate à dengue, ele aparece para afirmar que *acredita ter pego* a doença na praça.

(05)

Apesar do crescimento da epidemia de dengue no Estado, algumas ações anunciadas pelos órgãos públicos não têm acompanhado a velocidade do avanço da doença. Um exemplo: a Prefeitura do Recife retirou na semana passada a água suja do lago da Praça da Independência, no centro da cidade, substituiu por água limpa, com a promessa colocar tilápias para comer larvas do mosquito. Até agora nada dos peixes.

O trabalho, executado pela Empresa de Limpeza Urbana do Recife (Emlurb), vai ser estendido a todas as praças com lago. Por enquanto, a praça do Derby continua com água parada sem tratamento. **“Acredito que peguei dengue aqui”**, afirmou João Augusto de Oliveira, 65 anos, que tem uma barraca no entorno da praça. (JC, 02/03/2002)

No caso dos doentes e ex-doentes, o espaço concedido a eles foi condicionado também a fala a um maior medo, diante do aumento de casos, como no exemplo abaixo:

(06)

Na Policlínica Agamenon Magalhães, em Afogados, Zona Oeste do Recife, uma das unidades municipais de saúde, o movimento foi intenso durante a manhã. Com diarreia, dor de cabeça e vomitando, o auxiliar de depósito Temístocles Rodrigues, 20 anos, foi um dos que procuraram atendimento. **“São sintomas da dengue. Estou preocupado, com o corpo muito mole. Por isso vim me consultar.”** (JC, 02/05/2008)

A enumeração dos sintomas foi o que mais se sobressaiu nos relatos (*diarréia, dor de cabeça, vomitado muito e corpo mole*), assim como em 2002. Além de imprimir “cor” ao testemunho, a indicação dos sintomas conferiu maior materialidade à dengue, a partir da *fala de experiência* de um doente, evidenciando a preocupação com a doença, como na fala do auxiliar de depósitos Temístocles Rodrigues (“*Estou preocupado, com o corpo muito mole. Por isso vim me consultar*”). Em alguns momentos, verificamos que os ex-pacientes ressaltaram as medidas adotadas depois de terem “pego” a doença, como podemos observar nos trechos abaixo:

(07)

No quintal da casa da doméstica Suelly Santos Ferreira Cardoso, 24 anos, a água acumulada em recipientes plásticos servia de criadouro para o mosquito. **“Agora sei que não posso deixar juntar água. Tenho que ter cuidado para não atingir meus vizinhos também”**, comenta Suelly, que, com a filha Emily Raquel, 2, recupera-se da dengue. (JC, 27/04/2008)

Evidentemente a inserção “tímida” de algumas fontes não se limita apenas à população. Dependendo da matéria, a saúde pública também tem a voz com função “ilustrativa”, aparecendo para opinar sobre determinado assunto, só que numa ocorrência bem menor que a do cidadão. É o caso da matéria publicada no *JC* no dia 16 de fevereiro de 2002 sobre o aumento de casos suspeitos de dengue hemorrágica em mais de 100% em uma semana no Recife (35 para 80 registros). O crescimento da dengue na capital pernambucana, possivelmente, foi o motivo que levou a Secretaria Estadual de Saúde a aparecer em apenas cinco linhas em forma de discurso indireto e sem fala de gestor ou técnico na divulgação de dados gerais do estado, devido ao grau de importância reduzido do boletim de casos divulgado.

(08)

Um **boletim divulgado ontem pela Secretaria Estadual de Saúde** aponta que 20 cidades estão com casos da doença. A maioria dos 1.582 doentes com diagnóstico confirmado (12 hemorrágicos) está na região metropolitana.

Além do Recife, Cabo e Jaboatão aparecem com os maiores registros. Nesse último já foi confirmada uma morte por dengue e duas outras estão sendo investigadas. (JC, 16/02/2002)

Outros exemplos da “voz limitada” do gestor público foram identificados. Um no dia 3 de março de 2002, quando três fontes da saúde opinaram bem *en passant* sobre duas pesquisas diferentes que identificaram a presença do *Aedes aegypti* em água sujas.

(09)



A diretora de Epidemiologia e Vigilância Sanitária do Estado, Zuleide Wanderley, observa que, **se houver um bom escoamento da água das canaletas, as chances da reprodução do mosquito no local diminuem** [1ª fonte]. Ao saber da constatação dos pesquisadores, a diretora de Epidemiologia e Vigilância à Saúde do Recife, Tereza Lyra, **informou que vai procurá-los para obter mais informações e discutir novas providências de combate ao mosquito** [2ª fonte].

Sinara Batista, bióloga responsável pela Divisão de Entomologia (a que cuida do controle dos insetos) da Secretaria de Saúde do Recife, **avalia que a presença do Aedes nas canaletas é preocupante**. Ela teme que possa ser um passo para a adaptação do mosquito ao esgoto, o que traria um prejuízo muito maior, por causa da carência de rede coletora e de tratamento na maioria do Estado [3ª fonte]. (JC, 03/03/2002)

Em 6 de novembro de 2008, numa matéria a respeito de uma pesquisa da Fiocruz, em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, a fonte da Fiocruz teve maior espaço na divulgação dos resultados, enquanto que a Secretaria de Saúde, que também participou do estudo, teve apenas quatro linhas para falar dos benefícios que a pesquisa pode trazer para a saúde pública:

(10)

A gerente de Epidemiologia do Estado, Adriana Farias, **explica que os estudos vão ajudar o Estado a conhecer melhor a dengue e reforçar suas estratégias contra a doença**. “Há uma queda no número de casos, mas precisamos manter a vigilância, principalmente na fase atual”, explica. (JC, 06/11/2008)

Destacamos outro exemplo curioso envolvendo o poder público na “pluralidade” de vozes. No dia 25 de outubro de 2002, a matéria *Funasa e Fiocruz consideram o anúncio de cura precipitado* trazia a opinião de diversos especialistas contestando a descoberta de uma possível cura para a dengue hemorrágica. O jornal enumerou no lide da matéria (exemplo 09) o nome dos gestores que criticaram o anúncio da cura – entre eles, o diretor do Centro Nacional de Epidemiologia da Funasa, Jarbas Barbosa, o diretor do Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães da Fundação Oswaldo Cruz, Rômulo Maciel, e o secretário de Saúde do Recife, Antônio Mendes, afora “diversos especialistas em dengue no Estado”.

(11)

O diretor do Centro Nacional de Epidemiologia da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Jarbas Barbosa, e o diretor do Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães da Fundação Oswaldo Cruz em Pernambuco, Rômulo Maciel, declararam, na tarde de ontem, que consideram precipitado e descabido o anúncio da descoberta da cura da dengue hemorrágica feito, anteontem, por uma equipe de médicos do Real Hospital Português. **A opinião é compartilhada pelo secretário de Saúde do Recife, Antônio Mendes, e por diversos especialistas em dengue no Estado**. (JC, 25/10/2002)

Verificamos, entretanto, que o “diversos” em questão se restringiu a mais uma pessoa, o presidente do Hemope naquela época, Aderson Araújo. Pela forma como foi



construído, o enunciado criou um efeito de sentido de pluralidade de vozes, como se mais pessoas tivessem opinado, o que não é a verdade⁵. O tipo de enunciado é revelador da *ambição polifônica* da imprensa tratada por Sousa (2004) na construção da notícia.

Algumas considerações

Defendemos que, ao trazer à cena diversos atores públicos, a imprensa constitui discursivamente uma *polifonia aparente*, na intenção de criar um espaço democrático bem repartido dentro da matéria a partir da inclusão de diferentes perspectivas sociais (poder público, iniciativa privada, sociedade civil organizada, cidadão comum). Porém, a interação entre as vozes, como propõe Bakhtin (2008[1963]), mais parece uma ilustração no discurso da informação. Principalmente se nós considerarmos o jornalista uma força centrípeta que se coloca por trás do seu texto de forma discreta como centro de sentido, definindo o espaço das fontes e a fala exata de cada um no texto.

Mas não apenas o jornalista atua nessa função catalisadora. No ciclo de produção da notícia, atuam outros sujeitos além dele, como o próprio jornal, o que nos faz pensar no veículo de comunicação como uma dimensão de poder que impõe sentidos a partir dos seus interesses e das convenções da rotina profissional. Assim, para demonstrar pluralidade de vozes no interior discursivo, as fontes seriam ora silenciadas, ora reduzidas a uma fala sem relevância, ora ressaltadas, ora ilustradas, como espécie de complemento da matéria.

A interação entre os diferentes atores que falaram acerca da dengue em espaços e falas pré-determinadas denotou um *simulacro de polifonia*, dando a entender que existem vozes e consciências autônomas ao jornalista-narrador nos relatos da imprensa. O princípio de *seleção* do dito relatado das mídias indica o risco do jornalista na escolha das fontes “notáveis” e “anônimas” que compõem a notícia (CHARAUDEAU, 2006), demonstrando que o outro no discurso é encarado quase como um objeto a serviço de uma realidade reconstruída. A nosso ver, esse simulacro criado pelo jogo das diferentes vozes constitui uma das principais características do hibridismo do discurso jornalístico.

Por outro lado, não poderíamos deixar de considerar a *paráfrase* como matriz de sentido do noticiário, se levarmos em conta o condicionamento narrativo dos atores por meio dos papéis a eles designados conforme a situação da dengue. Embora lide com temas

⁵ A julgar que quatro gestores da área de saúde foram ouvidos para realização da referida matéria, poderíamos considerar um número de fontes entrevistadas acima da média normal dos demais textos. Todavia, não quer dizer necessariamente que “diversos especialistas em dengue do Estado” foram entrevistados, ao contrário do que faz pensar o jornal.



por vezes conflituosos na produção da notícia, a mídia escrita parece não pôr em conflito o *já-produzido*, indicando que o saber discursivo não apenas sustenta a linguagem, como também determina o retorno aos mesmos espaços do dizer (ORLANDI, 2007), configurado uma estrutura narrativa na qual a participação dos atores é condicionada conforme o contexto de controle ou descontrole da doença.

Referências

- BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008[1963].
- BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulações**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991[1981].
- BAUMAN, Z. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007[1989].
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Programa Nacional de Controle da Dengue**. http://portal.saude.gov.br/saude/area.cfm?id_area=920. Acessado em 07 de julho de 2010.
- CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso – modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- FAUSTO NETO, A. **Comunicação e mídia impressa: estudo sobre a Aids**. São Paulo: Hacker, 1999.
- FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.
- GALTUNG, J.; RUGE, J. The structure of foreign news. **Journal of Peace Research**, v. 1. Noruega, 1965, p. 64-90.
- ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.
- PEREIRA JUNIOR, L. C. **A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- RIBEIRO, A. P. G. A mídia e o lugar da história. In: HERSCHMANN, M.; PEREIRA, C. A. (Org.). **Mídia, memória e celebridades**. 2. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2005. p. 105-129.
- RODRIGO ALSINA, M. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ROUQUAYROL, M. Z; ALMEIDA FILHO, N. **Epidemiologia e Saúde**. 6. ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003.
- SODRÉ, M. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- SOUSA, J. P. **Introdução à análise do discurso jornalístico impresso**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.